

6. ORTOGRAFIAS E DICIONÁRIOS ORTOGRÁFICOS

João Paulo Silvestre

Os tratados ortográficos publicados a partir de meados do século XVII exploram as vantagens de uma configuração de tipo paralexiconográfico. Observa-se a inclusão de listas ordenadas de palavras, cada vez mais extensas, agrupadas de acordo com o tipo de dificuldade que suscitam. Inicialmente estas listas pareciam servir como demonstração das regras ortográficas enunciadas, mas, sobretudo após a *Orthographia* de Feijó, as longas sequências alfabetadas autonomizam-se do enunciado teórico e reformula-se o modo como os tratados ortográficos respondem às solicitações dos consulentes, já que o modelo se aproxima bastante dos modernos dicionários ou prontuários ortográficos.

A obra de Bento Pereira, *Regras gerays, breves, & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portugueza* (Lisboa Occidental, Domingos Carneiro, 1666) é um complemento sobre matéria ortográfica para se juntar ao conjunto dicionarístico da Prosodia. Inclui, além dos enunciados teóricos, uma série de listas alfabetadas (“varias taboas, para o bom fallar, & escrever”), intituladas “reformaçoens”.

As listas dão um precioso testemunho da variedade do registo escrito, pois enumeram um conjunto de grafias incorrectas, mas aceitáveis, distinguindo aquelas que eram absolutamente condenadas. Compilando palavras «que a ignorancia do vulgo corrompeo», a primeira lista é encabeçada por formas a emendar, enquanto a seguinte apresenta palavras toleradas, que podem ser “melhoradas”.

[erradas/emendadas]

Deus, / Deos
des / dez
dezcancar / descancar
despeçome / despídome
devino / divino
dinoyte / de noyte
Docto / Douto
Doctor / Doutor

[toleradas/melhoradas]

Psalmo / Salmo
Si / Sim
Sinco / cinco
socresto, socrestar / sequestro, sequestrar
Sofrimento, sofrer / soffrimento, soffrer
Solemne / solenne
Somana / semana
Sospiros / suspiros
Sospeytar / suspeytar
Soprir / supprir

As restantes listagens são mais usuais na tradição gramaticográfica, recolhendo dificuldades resultantes de casos de homografia, homofonia e paronímia: «De palavras que tendo diversa significação, só se distinguem no escrever, por hũas terem letra singela, outras dobradas» (p. 96) (p. ex. Capa os boys, verbo / cappa, vestido); «Das palavras que tendo diversa significação, só podem ser distintas, & conhecidas pola diversidade do accento» (p. 98) (Acérto, dou no sito / Acerto, caso); «Das palavras que tendo diversissima significação, tem pequena diversidade no escrever» (p. 99) (Amegeas, marisco / amexeas, fruyta).

A *Orthographia da Lingua Portugueza* de Luís Caetano de Lima, publicada em 1736 (Lisboa Occidental, António Isidro da Fonseca) apresenta listas dispersas pelos diversos capítulos, geralmente de difícil consulta, pois referem-se a palavras que apresentam dificuldades no uso de uma consoante. Mais interessantes são as sequências de palavras compostas por prefixação ou os capítulos em que as listas de palavras são ordenadas a partir da última sílaba, a propósito das dificuldades na grafia e aplicação dos sufixos.

Nos tratados de João Morais Madureira Feijó (1734) e Luís Monte Carmelo (1767), as listas de palavras são editadas à parte, sob a forma de extensos dicionários de erros, com uma formulação lexicográfica suficientemente elaborada. Pretendem corrigir desvios da padronização ortográfica e da pronúnciação, e adicionalmente indicam o significado, como se de um dicionário de língua se tratasse. Estão integrados em tratados ortográficos, mas podem ser consultados autonomamente, pois recuperam informação do enunciado teórico e resolvem situações que não estão contempladas nos exemplos das regras.

O texto de Monte Carmelo, mais tardio, corresponde à valorização da componente para-dicionarística e promete «catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos Escritores Portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam se devem usar em Discursos eruditos; das Frases, e Dicçoens Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se devem introduzir em Discursos graves, ou sérios; e finalmente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idioma, os quaes sempre se devem corrigir, ou evitar» (folha de rosto).

Os dicionários e a construção da norma ortográfica

Os gramáticos e os lexicógrafos do início do século XVIII, procurando para a língua portuguesa as mesmas qualidades de regularidade e perenidade que identificavam no latim, parecem reconhecer consensualmente a estreita relação entre a codificação ortográfica e o *usus scribendi* de autores modelares. Todavia, a crescente circulação de texto impresso tornava mais evidentes as diferenças nas convenções de escrita, dificultando a tarefa de quem procurava obstinadamente a norma nos textos literários.

A importância do exemplo dos autores e a diversidade de usos relacionam-se com as condições de aprendizagem da escrita. Os métodos de ensino assentavam não na exposição de regras, mas na reprodução repetida de silabários e frases modelares que muitas vezes eram manuscritas pelos professores e expostas para os alunos copiarem. Nem todos tinham acesso a cartilhas ou catecismos didáticos, o que logo à partida potenciava a diversificação de usos¹. Após um ensino das primeiras letras muito rudimentar, esperava-se que, para o aperfeiçoamento das suas competências, os escreventes tomassem por imitáveis as formas que encontravam registadas nos diversos impressos. Conhecer o significado de novo vocabulário e saber reproduzi-lo graficamente dependia do tipo de textos a que o escrevente tinha acesso. Nesta perspectiva, um impresso podia constituir, sem que o autor o previsse, um modelo de norma ortográfica. E, porque o manuscrito sofria frequentemente alterações ortográficas na tipografia, podia sê-lo à revelia das preferências de escrita do próprio autor.

A popularização dos dicionários é um fenómeno tardio, que para o francês e inglês ocorre no século XVIII e, no caso do português, apenas no século seguinte. Nunca poderiam ser um modelo para a maioria dos escreventes, mas estavam seguramente na mesa de trabalho dos autores e compositores tipográficos responsáveis pela produção de textos impressos. Mas a língua portuguesa não tinha, no século XVII, um dicionário que recolhesse um número suficientemente elevado de palavras do vocabulário comum e de linguagens de especialidade e que, na falta de uma autorização académica, funcionasse como padrão, ainda que sem explicitação de critérios para a selecção das grafias. O italiano e o francês conheceram tentativas consistentes de estabelecer um padrão regulador através dos dicionários das academias ou de académicos: o *Vocabolario degli accademici della Crusca* (1623, 1691) e o *Dictionnaire de l'Académie Française* (1694) são testemunhos desse esforço.

O *Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem* (1562) de Jerónimo Cardoso e o *Dictionarium Lusitanicolatinum* (1611) de Agostinho Barbosa eram obras antigas que continuavam a ser reeditadas com poucas alterações. O dicionário mais recente era o conjunto formado pela *Prosodia* (latim-português) e *Thesouro* (português-latim), publicados pelo jesuíta Bento Pereira a partir de 1634 e 1647 respectivamente, e usados nos colégios da Companhia até à expulsão em 1759. A *Prosodia/Thesouro* era o mais extenso e

¹ O testemunho de João Madureira Feijó é esclarecedor: «Breve Instrucçam para os Mestres das Eschólas de Lêr, e Escrevêr. São as Eschólas o primeiro berço, aonde se criaõ innumeraveis erros assim no pronunciar, como no escrever; porque não só escrevem por traslados, que sendo na letra hũa admiração da vista, pela galhardia do rasgo, são na Orthografia hũa torpeza da pronunciação pela fealdade dos erros: mas tambem aprendem a ler por cartas, em que muitas vezes mais são os erros, que as palavras; e como se habituaõ nelles, ainda que estudem Latim, sempre os usaõ por costume. Para se evitar este damno, seria justo, que nas Eschólas se não ensinasse a escrever senaõ por traslados impressos, que já hoje se vendem nas imprensas: ou que os Mestres os fizêsem, e mostrassem a pessoas doutas, para examinar a sua orthografia.» (Feijó, 1734: 547).

difundido corpus dicionarístico do português, devido ao facto de os mais de 70 mil artigos terem glosas de apreciável extensão, com bastante acumulação sinonímica. Podia facilmente ser usado para o acesso a significados em português, se o consulente soubesse qual a palavra latina que traduzia um determinado termo.

Todavia, no que respeita ao esclarecimento da grafia de palavras portuguesas, revelava-se menos eficaz. O termo latino nem sempre era traduzido para português, ou sendo um termo que a língua decalcara, não se indicava uma forma com adaptações na grafia, partindo-se do princípio de que a palavra latina era informação suficiente.

Diabetes, ae, m. g. O compasso; item a dizenteria, ou camaras doença, ou efflucçam das ourinas; item o cano de agua; item a guela; item a passagem; item doença dos rins, que causa grande sede.

Dyspnoea, ae, f. g. A dificuldade de respiraçam, a asma doença.

Glaucoma, atis, n. g. Doença dos olhos, quando se fazem mais verdes do natural.

São menos frequentes os casos em que se testemunha a introdução do decalque na língua, se bem que com as marcas de uma grafia etimologizante:

Gonorrhoea, ae, f. g. Polluçam continua, & nam voluntaria, doença.

Gonorrhoeus, oei. O doente de **gonorrhoea**.

Tympanites, ae, vel is, m. g. Hydropesia, com que inchada a barriga soa dentro como tambor, ou adufe.

Tympaniticus, a, um. Pessoa doente de hydropesia **Tympanite**.

O facto de as definições portuguesas serem expressões parafrásticas e descritivas convidava a considerar o termo técnico latino como palavra decalcável. A técnica lexicográfica de Bento Pereira apontava para uma comparação produtiva entre o latim e o português, no sentido de uma relatinização da língua a nível lexical. O dicionário registava inúmeros neologismos latinos para garantir que tudo pudesse ser dito em latim, pelo que essa inovação se poderia facilmente alargar também ao português, pois mesmo quando essa transposição não era feita, o consulente imitaria o processo que observara em outras palavras. Em suma, indicava modelos para a criação de neologismos, mas não demonstrava o modo como as regras da ortografia portuguesa os poderiam aclimatar.

Muitos dos decalques passaram a ser termos usuais, ocorrendo na nomenclatura portuguesa de dicionários publicados na primeira metade do século XVIII. Todavia, o principal dicionário em circulação – a *Prosodia* — não esclarecia essa inovação, pois as glosas foram apenas pontualmente alteradas. Assim, os consulentes continuavam a nortear a grafia destas palavras, que já consideram portuguesas, pela forma original latina (por exemplo, Feijó indexava *cardíaco*, *epidemia*, *tympanitis* ao mesmo tempo que as reedições do dicionário de Bento Pereira apenas consagravam os termos latinos.)

Prosodia (1697) — Epidemia, ae, f. g. A chegada à cidade, ou doença, que corre pello povo.

Orthografia (1734) — Epidemîa. Com mi longo, doença como péste, que inficiõna a todos.

Prosodia — Cardiacus, a, um. Cousa doente do coraçam, ou do estomago.

Orthografia — Cardíaco. pen. br. remedio que conforta o coração.

Prosodia — Tympanites, ae, vel is, m. g. Hydropesia, com que inchada a barriga soa dentro como tambor, ou adufe.

Orthografia — Tympanîtis. huma espécie de hydropesia.

Sem dicionários, a falta de instrumentos de apoio à normalização da ortografia era uma necessidade comumente reclamada, inclusive em assembleias de eruditos como as Conferências Discretas e Eruditas (1696), a Academia Portuguesa (1717) e a Academia Real de História (1720). Os gramáticos, lexicógrafos e pedagogos que deixaram obras sobre ortografia eram simultaneamente homens públicos, com direito à palavra na corte, nos púlpitos importantes e nas academias literárias e científicas: os textos que publicavam e a língua em que se exprimiam reflectiam simultaneamente a sua erudição. A língua, que veicula o pensamento e o conhecimento, não podia sofrer de uma desregulação que a tornasse ineficaz enquanto garantia da perenidade da mensagem veiculada. Da mesma forma que estes literatos académicos desconfiavam da qualidade da escrita de autores do século anterior, a sua escrita irregular podia ser desacreditada pelos vindouros.

Os textos dos principais autores de obras metaortográficas desta época — Rafael Bluteau, Jerónimo Contador de Argote, João Madureira Feijó e Luís Caetano de Lima — revelam preocupações comuns. Estavam conscientes de que o seu *usus scribendi* individual era apenas uma possibilidade no largo espectro de variantes ortográficas. Não podiam recorrer aos dicionários disponíveis, pois não acompanhavam eficazmente o processo de inovação lexical. Tinham receio de impor o seu *usus*, pois a tradição de normalização ortográfica, em outras línguas, era que os textos normalizadores fossem produzidos por assembleias de eruditos, baseados num corpus de textos impressos de autores de larga difusão e reconhecimento. Finalmente, sabiam que o corpus impresso de autores portugueses não traduzia necessariamente o *usus* dos escritores, mas sim as práticas de escrita de cada oficina tipográfica.

Invocar a autoridade dos escritores era um jogo de contradições, e os gramáticos sabiam-no, pois haviam passado pela experiência de entregar para edição textos literários ou outros textos metalinguísticos. De edição para edição, de caderno para caderno, as convenções ortográficas sofriam frequentemente alterações, ditadas por aqueles que, na maior parte dos textos impressos, eram a verdadeira autoridade: os compositores tipográficos.

A generalidade dos autores confiava no conhecimento dos compositores acerca da língua e reconhecia-lhes a competência para estabelecer uma configuração ortográfica. Outros resignavam-se com a

desautorização e, quando possível, exprimiam o seu descontentamento. Rafael Bluteau afirma discordar de grafias que os compositores modificaram, sobretudo no que respeita à duplicação de consoantes:

Advertencias para as emendas dos dous primeiros volumes. I. Não se apontaõ os erros da pontuaçãoõ, pela multidaõ delles; facilmente os conhecerã o Leitor discreto, & douto. II. Certas palavras sahem quasi sempre com mais, ou menos letras, ou com letras trocadas: v. g. Edicçãoõ, por *Ediçãoõ*, plural, por *plural*, luzido, por *luzidio*, Salmacio, por *Salmasio*, accender, & accezo, por *acender*, & *acezo*, &c. Tambem os erros deste genero saõ tantos, que as emendas delles encheriaõ muitas paginas. (Bluteau, 1712-1728: V, «Erratas, e emendas»).

A partir do momento em que os manuscritos eram entregues, os compositores tinham liberdade para trabalhar autonomamente o texto de acordo com o seu *usus scribendi*, bem como para suprir a falta de tipos nas caixas poupando ou substituindo caracteres. Seriam minoritários os casos em que havia um acompanhamento do autor, ou um acordo com a casa impressora para preservar uma determinada ortografia. Uma correcção posterior de grafias em provas tipográficas tornaria a impressão muito mais cara, demorada e imperfeita, devido aos ajustamentos para introduzir as alterações.

Atribuir directamente às casas tipográficas uma autoridade – ou se preferirmos, a culpa da variação – equivaleria a retirar o valor da autoridade dos escritores. Os épicos e os prosadores perderiam o seu valor simbólico e uma língua nunca poderia ser ilustre se não houvesse autores que escrevessem com propriedade de sentido e correcção: seria uma língua irremediavelmente imperfeita. Para legitimar uma regularização, ou racionalização ortográfica, os gramáticos e os lexicógrafos precisavam de contornar os problemas de um corpus demasiado heterogéneo.

O século XVIII inicia-se com a expectativa da publicação do primeiro dicionário autorizado da língua portuguesa. O *Vocabulario, Portuguez e Latino* é editado entre 1712 e 1728 e Rafael Bluteau pretende exemplificar sempre que possível as entradas com uma citação de texto impresso. Tal como os dicionários italianos e franceses — o já referido *Vocabolario degli accademici della Crusca* (1623, 1691) ou o *Dictionnaire François* (1680) de Pierre Richelet — apresenta um catálogo de autores que não podia deixar de ser extenso, uma vez que a qualidade da língua era avaliada em função da dimensão do espólio literário.

Trata-se de um corpus diversificado constituído com a preocupação de encontrar testemunhos do uso do maior número possível de palavras, o que alarga o âmbito muito para além do texto literário: «Não pretendo, que os dittos Autores sejam todos igualmente de boa nota; sô digo, que as palavras, que delles tirei, me pareceram dignas de alguma noticia» (Bluteau, 1712-1728: I, «Catalogo... dos autores»); «Aos que condenarem a confiança, com que allego com toda a casta de Autores, respondo, que me aproveitei de todos, porque nas materias da sua profissam, cada hum delles he Texto» (*ibidem*). Assim, a variedade de opções é muito maior do que se limitasse a

eleger modelos privilegiados de boa escrita. O mais extenso dicionário que a língua portuguesa conheceu até então é um testemunho explícito da justaposição de autoridades:

Asma, ou **asthma**, ou **astma**. Derivase do Grego *Asthmainein*, que val o mesmo que Assoprar respirando. [...] Fernelio, & outros Medicos modernos não fazem escrupulo de Latinizar *Asthma*, *atis*. Neut. Na **Asma** raramente convem sangria. Luz da Medicina, pag. 203.

Incapaz de justificar a preferência por determinado *usus scribendi*, a forma de entrada é acompanhada de variantes, sem esclarecer se a primeira das formas é a preferida. É frequente que ao longo do artigo a forma que ocorre não seja a primeira, ou que a citação que exemplifica o uso também represente uma variante da forma de entrada.

Alquimista. O que sabe, ou exercita a arte chimica. [...] *Chimicus*, *i*. Masc. Alquimista. (No sentido moral) *Dei em Alchimista de hyppocrisias*. Chagas, obras Espirituaes. Tom. 2. pag. 168.

O lexicógrafo não pode definir regras de normalização ortográfica e tentar empregá-las no seu dicionário, pois contraria os usos das autoridades com que atesta o significado das palavras. Por outro lado, mesmo que pretendesse estabelecer uma regulação que observasse o seu próprio *usus scribendi* (de tendência etimologizante), não estava autorizado a fazê-lo, pois não era falante nativo. Está consciente das desvantagens que este caos importa para a língua e para a qualidade do dicionário, que tem assim na pouca validade da informação ortográfica um dos maiores defeitos:

não está a Orthografia certa, porque até agora não achei no idioma Portuguez regras de Orthografia tão certas, nem Authores nesta arte tão uniformes, que tenham assentado com geral aceitação, e aprovação dos Doutos, o verdadeiro modo de escrever; [...] finalmente na Orthografia Portugueza, como na casa onde não ha pão, todos gritaõ, e ninguem tem razãõ, porque até não assentarem os Doutos, como o tem feito os das outras naçoens, o modo com que se ha de escrever, sempre haverá contendas, e não saberá o vulgo quem tem razãõ. Eu, que (como Estrangeiro) não tenho voto na materia, muitas vezes me achei tão confuso, que não sabendo que partido seguir, em huns vocabulos me conformey com a Orthografia de huns Authores, em outros com a de outros; e o peor he, que já não tem remedio esta diversidade, porque nem posso fazer outra impressãõ, nem já me he possivel emendar o que escrevi. (Bluteau, 1712-1728, Sup. I: «Advertencias a todo o leitor»).

Durante o período em que os volumes do *Vocabulario* vão sendo editados, outros autores publicam textos gramaticais em que a visão etimologizante da ortografia portuguesa é defendida, aproveitando a tendência que Bluteau privilegiara, ainda que sem regularidade ou critérios explícitos.

A gramática *Regras da lingua portugueza*, publicada em 1721 por Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), consigna que a morfologia, a

sintaxe e, em parte, a ortografia da língua portuguesa devem configurar-se por analogia com o modelo estável e racional do latim. Esta gramática fornece poucas indicações sobre a ortografia, porque o objectivo é fixar uma terminologia e um modelo pedagógico para a morfologia e a sintaxe. Todavia, estabelece o princípio de que o paralelo entre as duas gramáticas é possível, defendendo as opções gráficas que tornem a língua portuguesa mais semelhante à latina. A ortografia é precisamente o domínio em que Argote não consegue aplicar critérios de racionalidade, pois o corpus de autores não permite estabelecer regras sistemáticas. Assim, «as regras da Orthografia Portugueza a mayor parte depende de alguma noticia da lingua Latina» (Argote, 1725: 349). Se no latim as regras da ortografia residiam nas relações etimológicas, no caso da língua portuguesa, serão tantas as excepções que a aprendizagem é feita “pelos livros da Orthografia Portugueza, e tambem com o uso, e lição dos livros, attentando o como se escrevem as palavras” (*ibidem*).

João Madureira Feijó (1688-1741) é o primeiro gramático que pode tomar partido da edição completa do corpus dicionarístico de Bluteau. Em 1734 publica uma *Orthographia*, que inclui um dicionário ortográfico, tendo por objectivo explícito servir de instrumento normalizador. Tem cerca de 12000 entradas e é publicado como complemento a um conjunto de obras pedagógicas, de largo uso nas escolas dos jesuítas².

Trata-se de uma ruptura com a cómoda procura de consensos que caracterizou os textos metaortográficos anteriores. No que respeita à definição das autoridades que sustentariam um *usus scribendi exemplar*, não encontra regularidade nos textos impressos de oradores e historiógrafos, nem nos preceitos ditados pelos gramáticos: «Por Auctores Portuguezes, ou havemos de entender os Historicos, e Oradores, que compuserão na nossa lingua; ou os Orthografos, que nos deraõ regras para a escrever. Huns, e outros bem podiaõ servirnos de exemplares para a imitação, se nos seus livros não achassemos huma notavel variedade para o desacerto. » (Feijó, 1734: 3) Quanto aos dicionários, ainda que sejam testemunhos de referência, não são instrumentos válidos para decidir quais as formas correctas, pois por indecisão dos lexicógrafos ou pela intervenção das casas tipográficas, a *Prosodia* e o *Vocabulario* mantêm o registo de formas alternativas sem discutir a aceitabilidade.

Outros Auctores ha, cuja Orthografia devia ser a mais correcta, porque tinhaõ obrigação de a indagar. São estes os Auctores dos vocabularios Portuguezes, como os dous insignes doutores o P. Bento Pereyra no seu Thesouro, e o P. D. Rafael Bluteau nos seus oito admiraveis tomos da lingua Portugueza. Mas não são poucas as palavras, que hum escreve por muito differente Orthografia do que o outro [...]. E sendo este Auctor o ultimo que escreveo na materia, teve razão para mais apurar o exame das palavras Portuguezas, como doutamente faz, ensinandonos nas mais dellas a sua propria significação, a sua origem, e analogia: mas elle mesmo se queixa das muitas que se imprimiraõ alheyas do seu original, ou por culpa do

² A *Arte Explicada* é um conjunto de volumes que acompanham a obra de Manuel Álvares *De Institutione Grammatica libri três*, publicada a partir de 1572.

amanuense, ou por erro da imprensa, ou por descuido dos correctores; porque no mesmo paragrafo se acha muitas vezes a mesma palavra escripta de tres differentes modos, sem a conjunção ou, com que em muitas dá a entender que se pode escrever ou huma, ou outra. (Feijó, 1734: 3-4)

Madureira Feijó redige o dicionário na primeira pessoa, construindo página a página a autoridade do autor-linguista, que apresenta os seus critérios e os aplica em extensão ao léxico da língua portuguesa, distinguindo explicita e sistematicamente quais as formas aceitáveis e as formas erradas. O facto de não recorrer a citações ou abonações permite-lhe recusar formas que corriam impressas em edições de autores prestigiados.

As opções de Feijó resultam de um equilíbrio entre a etimologia e os usos consagrados, embora prefira as que se conformem com uma racionalização etimologizante da língua. As competências de comentador da gramática de Manuel Álvares conferem-lhe autoridade fazer julgamentos sobre as grafias que melhor se ajustam à memória etimológica da língua latina e na exposição de argumentos invoca as experiências pessoais de leitura/escrita enquanto professor e falante nativo³.

O desafio que se coloca ao autor-linguista é contribuir para uma normalização na medida em que estabelece um critério (pessoal, discutível, mas autorizado por si) para reduzir o número de formas alternativas, ainda que largamente difundidas em textos impressos. Ao contrário do que sucedia com os tratados ortográficos precedentes, os artigos do dicionário ortográfico de Feijó têm uma estrutura simples, opondo a forma correcta e os “erros”. Aliás, as palavras “erro” e “errado” são constantemente usadas, com uma convicção que os gramáticos anteriores nunca haviam ousado. Apesar de dar testemunho do uso de formas alternativas que seriam geralmente aceites pela comunidade de escreventes eruditos, censura aquelas se afastam da razão etimológica ou da analogia com palavras da mesma família, procurando reduzir o espectro a uma única forma:

Pulverizar, ou Polverizar, o primeiro he mais proprio pela derivação do verbo Latino Pulvero, as, e he mais usado: o segundo he abuso de etymologia, e má derivação de Pó.

Abóbara. Pen. br. ou Abóbora. Este conformase mais com o uso: porque dizemos Aboboral, Aboborar. Eu Abobóro, e não Abobáro.

A autonomia do autor revela-se no facto de registar as suas opções, mesmo quando é contrariado por usos enraizados. Nessas situações,

³ «Torçaõ, Torço, Terçol, e Troçó. assim achei escriptos estes quatro nomes, que tanto se multiplicaraõ para significar hũa só cousa, e nenhum acaba de explicar, que he hum tumorsinho do feitio de hü graõ de cevada, que nasce na pestãna, ou canto dos olhos. Consultei o uso da pronunciação, e tambem o achei vário. Revolvi os Vocabularios, e Prosódias, e não lhe achei derivação, nem origem. Fique o seu exame para os que tiraõ ás palavras as letras da sua analogia. A Prosodia diz Terçol. O Vocabulario diz Torçaõ, ou Terçol. »

exprime através de um “voto-vencido” a discordância em relação a formas etimológica ou analogicamente injustificadas.

Ourina, Ourinar, Ourinol; estas palavras, ou foraõ introduzidas pelo uso, ou tiradas da etymologã Grêga; porque pela derivação do Latim, haviaõ de ser: Urãna, urinar, urinol.

Ao propor uma leitura pessoal dos usos e da tradição metalinguística, Feijó distingue-se da autoridade difusa que os utilizadores do dicionário encontravam nos ortógrafos, em Bento Pereira ou em Bluteau. A funcionalidade da obra, muito semelhante à dos actuais proutuários, apresentava uma solução para a escrita não apenas do vocabulário fundamental, mas também de linguagens de especialidade. Resolvida a dúvida, restava a possibilidade de um segundo nível de leitura, com a fundamentação da preferência por uma determinada forma.

Em 1736, o Padre Luís Caetano de Lima (1671-1757) publica uma *Orthographia da lingua portugueza*, sem qualquer referência a Feijó. Caetano de Lima é muito mais contido na exposição do autor-linguista e até o tópicõ retórico que convida o autor a uma modéstia em relação ao seu trabalho é desenvolvido em moldes que comprometem directamente a autoridade. Em primeiro lugar, relembra que os autores imitáveis são tradicionalmente os que escrevem nos géneros prestigiados: épica, poesia, pregação e historiografia. As obras metalinguísticas são textos de recolha de informação, encarados como géneros menores que desvalorizam o autor.

A vulgar, objecção, com que nesciamente se procura desacreditar este generõ de livros, he dizer que só arguem trabalho, mas não engenho nos seus Authores. Eu convenio facilmente, em que nelles senão encontra nem a sutileza de hum Scoto, nem a meditação de hum Descartes; mas isso nasce da diversidade da materia [...]. A obrigação do Author, que emprende huma obra, he tratar dignamente a materia, sem exceder os limites, que lhe prescreveõ a natureza. (Lima, 1736: «Prologo»).

O gramático não se sente habilitado para condenar ou classificar como errado o *usus scribendi* de outros autores, apenas propõe uma discussão racional de «principios certos, e geraes, para que de humas palavras se deduza com facilidade a escritura das outras» (*ibidem*), regulando a escrita por relações de etimologia e analogia com palavras latinas, ou entre palavras portuguesas.

Entre os modelos disponíveis, Caetano de Lima prefere a configuração ortográfica do texto impresso dos primeiros volumes dos *Sermoes* (1679-1696) do Padre António Vieira, um autor comumente reconhecido como autoridade. Sem mencionar os autores das formas preteridas, o nome de Viera abona sistematicamente as grafias que o gramático – assim protegido – prefere:

as palavras Crescer, Descer, Nascer, Pascer, que vem de Cresco, Descendo, Nascor, e Pasco. O Padre Antonio Vieira conserva a letra S nestas palavras, ainda que outros Authores escrevaõ: Crecer, Descer, Nacer, Pacer (Lima, 1736: 209).

Alguns Autores escrevem Agoa, Lingoa, e pello contrario Legua, Magua; mas tem contra si a Orthographia do Padre Antonio Vieira (Lima, 1736: 131).

Vieira era um modelo contemporâneo, apreciado pelas possibilidades estéticas da sua expressão literária, frequentemente reeditado e amplamente divulgado no meio religioso e secular. O facto de se saber que parte dos textos tinha sido revista em vida pelo autor reforçava uma convicção de que aqueles impressos representavam a escrita de um homem extremamente erudito e mestre no domínio da vertente estética da linguagem. Mas Caetano de Lima reconhece as perturbações da variação gráfica nos *Sermões*, sabendo que não seriam da responsabilidade do jesuíta, mas sim dos intervenientes no processo de edição.

Os nomes, que tiverem E, ou I depois do SC, não tomaõ outra Vogal no principio, mas conservaõ o mesmo SC, escrevendo-se Sceptro, Sciencia, Scipiaõ. Esta he a Orthographia mais usada do Padre Antonio Vieira, ou do Corrector das suas impressoens; comtudo no seu primeiro Volume, cuja correção dizem correo por sua conta, tira muitas vezes este Author, o S inicial destas palavras, e escreve Ceptro, Ciencia, Cipiaõ (Lima, 1726: 209).

Caetano percebe que a autoridade não reside na escrita do autor, mas na autoridade simultaneamente anónima e colectiva que fixou o texto impresso. Todavia, o prestígio da erudição de Vieira e o *usus scribendi* dos tipógrafos fundem-se num todo que por convenção e conveniência se designa metonimicamente por “a escrita de Vieira”.

Na *Orthographia da lingua portugueza* contorna-se o problema da variedade de usos através da selecção de um modelo preferencial. Todavia, não é um contributo eficaz para a normalização, pois as formas que não se conformam com o modelo não são necessariamente classificadas como erradas, são alternativas, também elas autorizadas⁴. Ainda que apontasse soluções que poderiam conduzir a uma regularização, apresentava-se sob a forma de um tratado, de difícil consulta, e sem oferecer forma expedita de esclarecer dúvidas sobre a solução para determinada palavra. Confrontada com o modelo de Feijó, a obra não é suficientemente funcional para se estabelecer como autoridade e não voltará a ser impressa.

Diferente é o percurso da *Orthographia* de Feijó, que devido ao uso escolar tem sucessivas reimpressões e será o principal instrumento para uma progressiva normalização da ortografia até ao século XIX⁵. Tal só foi possível porque Feijó percebeu que Argote e Bluteau tinham sido vítimas do princípio de que a língua devia espelhar os usos literários prestigiados,

⁴ Não escrever como “Vieira” não significa escrever errado, ou de forma irracional: «Aqui seria o lugar de estabelecer a Orthographia dos Pronomes Meo, Seo, Teo, [...] que muitos escrevem com o Ditongo de EU Meu Seu Teu, Creu, Deu, Leu, &c. Esta materia he muy difficil de assentar, pois que entre os nossos Autores reina huma grande variedade de Orthographia; e por cada parte se offerecem razoens de muita força.» (Lima, 1726: 119-120).

⁵ Kemmler (2001: 206) identifica pelo menos 17 reimpressões da *Orthographia* entre 1739 e 1861.

embaraçando-se em testemunhos textuais que não podiam oferecer um modelo ortográfico coerente. À inadequação das fontes autorizadas respondeu com uma sistematização pessoal, que reproduzia a orientação etimologizante que norteava o *usus scribendi* dos melhores escritores, sem todavia seleccionar um em particular. Trabalhando essencialmente a partir dos textos metalinguísticos disponíveis e abandonando o modelo textual dos tratados, torna-se ele próprio uma autoridade, porque soube transmitir o seu *usus scribendi* sob a forma inequívoca de um enunciado dicionarístico.

Referências

ARGOTE, Jerónimo Contador de, 1725 (1721). *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, Ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza [...]*. Lisboa Occidental, Off. da Musica (edição original: Lisboa Occidental, Mathias Pereira da Silva e João Antunes Pedroso, 1721).

BLUTEAU, Rafael, 1712-1728. *Vocabulario portuguez e latino [...]*. Tomos I e II: Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712; tomos III e IV: Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713; tomo V: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1716; tomos VI e VII: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1720; tomo VIII: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1721; suplemento I: Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727; suplemento II: Lisboa, Na Patriarcal Officina da Musica, 1728.

FEIJÓ, João Madureira, 1734. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza [...]*. Lisboa Occidental, Miguel Rodrigues.

LIMA, Luís Caetano de, 1736. *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa, Antonio Isidoro da Fonseca.

PEREIRA, Bento, 1697. *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta [...]* *Septima editio auctior, et locupletior [...]*. [Inclui: *Thesouro da lingua portugueza; Primeira parte das frases portuguezas, a que correspondem as mais puras, & elegantes Latinas como tiradas de Marco Tullio, & outros Autores de primeira classe; Segunda parte dos principaes adagios portuguezes, com seu latim proverbial corespondente; Tertia pars selectissimarum descriptionum, quas idem auctor vel olim á se compositas, vel à probatissimis Scriptoribus emendicatas alphabetico ordine digessit.*] Eborae, ex Typographia Academiae.